



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2013**  
**(Do Sr. MÁRCIO FRANÇA)**

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, obrigando a disponibilização de informações Rede Mundial de Computadores pelas prefeituras municipais.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, obrigando a disponibilização de informações Rede Mundial de Computadores pelas prefeituras municipais.

**Art. 2º** A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

“Art. 47-A. As prefeituras municipais disponibilizarão na Rede Mundial de Computadores informações completas sobre os alvarás da licença de funcionamento de estabelecimentos abertos ao público, bem como de outros atos administrativos equiparados a esses alvarás a cargo do Poder Público municipal.

§ 1º Nas informações disponibilizadas na forma do *caput* deste artigo, constarão, no mínimo:

- I – o estabelecimento licenciado e sua localização;
- II – a validade da licença de funcionamento;
- III – a capacidade máxima de pessoas admitida no estabelecimento;

**\*3FFA879527\***

**3FFA879527**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV – regras específicas quanto ao funcionamento do estabelecimento estabelecidas em razão de lei municipal, estadual ou federal.

§ 2º O Corpo de Bombeiros Militar e o órgão de vigilância sanitária competente encaminharão à prefeitura municipal informações completas sobre as licenças, laudos ou outros atos administrativos sob sua responsabilidade relacionados ao funcionamento de estabelecimentos abertos ao público ou de uso público.

§ 3º Também serão disponibilizadas na Rede Mundial de Computadores pelas prefeituras municipais:

I – as informações a ela encaminhadas na forma do § 2º deste artigo;

II – informações sobre a capacidade máxima de pessoas admitida e regras específicas quanto ao funcionamento de espaços públicos em relação aos quais não se aplique a exigência de alvará da licença de funcionamento.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei traz acréscimo de suma importância na Lei nº 10.57/2001 (Estatuto da Cidade). Obriga as prefeituras municipais a disponibilizarem pela Internet informações relativas a alvarás de funcionamento, laudos do corpo de bombeiros, atos autorizativos dos órgãos de vigilância sanitária, capacidade do espaço das instalações disponíveis à frequência de pessoas etc. São abrangidas pela lei, também, informações sobre a capacidade máxima de pessoas admitida e regras específicas quanto ao funcionamento de espaços públicos em relação aos quais não se aplique a exigência de alvará da licença de funcionamento.

\*3FFA879527\*

3FFA879527



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

No mundo contemporâneo, os avanços tecnológicos necessariamente têm de ser usados para a publicização das informações antes trancadas nas mesas da burocracia e divulgadas apenas, quando muito, em sisudos diários oficiais. A população deve ser parceira do Poder Público na fiscalização das atividades comerciais e de serviços e outras que se desenrolam no dia a dia de nossas cidades. Com as informações disponibilizadas na Internet, ela pode exercer esse papel.

A disponibilização dos dados que pretendemos busca otimizar a segurança dos espaços disponíveis à coletividade, no sentido de que acidentes, como o ocorrido no início do ano em Santa Maria (RS), sejam preventivamente evitados, tendo a comunidade como parceira na fiscalização.

Em face da grande relevância da medida, contamos com o pleno apoio de nossos ilustres Pares para sua rápida transformação em lei de aplicação nacional.

Sala das Sessões, em      de junho de 2013.

Deputado **MÁRCIO FRANÇA**  
PSB-SP

\*3FFA879527\*

3FFA879527